

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/71968> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.

**EDITAL 00201/2024****Disponibilização: 11/07/2024 às 19h29m**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE** tornar público o pedido de final de lista, formulado pela candidata JOYCE QUEIROZ E SILVA - processo nº 8512293-24.2024.8.06.0000, classificado em 40º lugar, na vaga da ampla concorrência, do concurso Público para provimento dos cargos de natureza efetiva de Analista Judiciário - Ciências da Computação - Área: Sistemas da Informação, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), regido pelo Edital nº 1/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 21 de março de 2022, homologado em Sessão realizada no Tribunal Pleno de 10 de novembro de 2022, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 18 de novembro de 2022.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 08 de julho de 2024.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

## Anexos

PROV 8512293-24.2024.8.06.0000 final de fila JOYCE QUEIROZ.pdf

 Visualizar

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/71881> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.

**EDITAL 00208/2024****Disponibilização: 11/07/2024 às 17h53m****EDITAL Nº 208/2024**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais etc;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 93, incisos II, alíneas "a", "b", "c" e "e", e III, da Constituição Federal, combinado com o art. 96, incisos II, alíneas "a", "c", "d" e "e", e V, da Constituição Estadual e arts. 182 e 185, da Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994 - Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, e ainda de acordo com a Resolução nº 07, de 18 de novembro de 2021, que dispõe sobre a aferição do merecimento para promoção ou remoção de magistrados e acesso ao Tribunal